

A geografia do voto no estado do Paraná: análise eleitoral do período entre 1990 à 1994

Jhonatan dos Santos Dantas¹, Rafael Freire de Paula² e Daniel Galuch Junior³

RESUMO

O campo de estudos da Geografia Eleitoral tem ganhado cada vez mais expressão. A compreensão de diferentes fenômenos espaciais que envolvem a geografia do voto, no que tange ao comportamento do voto, cartografia eleitoral, estratégias, discursos e vinculação territorial, bem como ao papel do território nas eleições e seus reflexos na organização socioespacial, tem conquistado espaço acadêmico. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a cartografia das eleições no estado do Paraná, no período de 1990 a 1994, permitindo verificar a espacialização do voto nas eleições para governador. A metodologia utilizada compreendeu: a) revisão bibliográfica especializada de artigos científicos; b) análise cartográfica dos municípios (e regiões do estado) cuja decisão eleitoral foi verificada a partir dos dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Podemos considerar que a análise e exploração dos dados e mapas apresenta potencial analítico para além do panorama verificado na cartografia eleitoral, pois permite compreender fenômenos sociais e políticos mais amplos, como as diferentes articulações, coesões e contextos nos quais a cena política-territorial se deu em determinado momento histórico e geográfico.

Palavras-chave: Geografia eleitoral; Eleições 1990; Espacialização do Voto; Partidos Políticos; Paraná.

¹ Doutor em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste – PR. Professor do Departamento de Geografia da UNICENTRO.

² Doutor em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste – PR. Professor da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Campo Mourão.

³ Analista Judiciário do TRE-PR, lotado na Seção de Gestão Documental, Memória Institucional e Biblioteca

Agradecemos ao servidor do IPARDES, Julio Cesar de Ramos, pela produção cartográfica e pelo georreferenciamento dos dados utilizados neste artigo

Abstract

The field of Electoral Geography studies has been gaining increasing prominence. Understanding different spatial phenomena related to the geography of voting—including voting behavior, electoral cartography, strategies, discourse, and territorial ties, as well as the role of territory in elections and its effects on socio-spatial organization—has earned academic recognition. In this context, the aim of this paper is to analyze the electoral cartography of the state of Paraná from 1990 to 1994, allowing for the observation of the spatial distribution of votes in the gubernatorial elections. The methodology used included: a) a specialized literature review of scientific articles; and b) cartographic analysis of municipalities (and regions of the state) whose electoral decisions were examined based on data obtained from the Regional Electoral Court (TRE). We can consider that the analysis and exploration of the data and maps offer analytical potential that goes beyond what is shown in electoral cartography, as it enables a broader understanding of social and political phenomena, such as the various political-territorial arrangements, cohesion, and contexts in which the political scene occurred at a specific historical and geographical moment.

Keywords: Electoral Geography; 1990 Elections; Spatial Distribution of Votes; Political Parties; Paraná.

Introdução

A Geografia Política surgiu como campo do conhecimento científico moderno apenas no século XIX, com os estudos de Ratzel, especialmente dois: a Antropogeografia e a Geografia Política. Esses estudos permitiram uma inflexão paradigmática na Geografia, inaugurando de forma sistemática a própria Geografia Humana como um campo de conhecimento mais amplo.

Ratzel passou a colocar o ‘homem’ na história da Terra, produzindo uma ciência comprometida em sistematizar uma geografia que compreendesse a relação homem-espço, inserindo o Estado como entidade fundamental do domínio territorial. Foi com Ratzel que o conceito de território (importado da biologia) passou a compreender a relação de poder entre sociedade e espaço. O conceito de espaço vital, criado por ele, foi fundamental para estabelecer o território como conceito voltado aos estudos das relações de poder envolvendo a dimensão espacial.

Apesar de influenciado pela literatura de Maquiavel, Ratzel teve uma preocupação fundamental em relacionar a dimensão física do território e seus recursos com a evolução do Estado e seu povo, ainda que Aristóteles, Montesquieu, entre outros, já houvessem percebido a relação entre espaço e poder político.

A Geografia Política passou, então, a ser alvo de estudos de pesquisadores comprometidos com a teorização das relações do poder político no espaço, das transformações político-territoriais e dos estudos críticos acerca dos processos hegemônicos, do imperialismo e das ideologias dominantes.

Novas modalidades de estudos neste campo, entretanto, entraram em cena, como análises discursivas, a produção de políticas públicas, a relação entre partidos políticos e a dimensão espacial de suas influências, atores e organizações da sociedade civil, cidadania e democracia, gestão e governança territorial e a relação entre políticas públicas e território.

Uma dessas vertentes é a chamada Geografia Eleitoral, que tem como precursor Siegfried, que buscou relacionar o solo à orientação do voto. Além de Siegfried, Tingsten, Lazarsfeld, Berelson, entre outros, contribuíram, do ponto de vista metodológico e/ou teórico, para o avanço dos estudos acerca da Geografia eleitoral/Geografia do voto.

Nesse contexto, o texto procura analisar a cartografia das eleições no estado do Paraná, no período de 1990 a 1994, permitindo verificar a espacialização do voto no estado, nas eleições para governador.

Diante desse objetivo, o trabalho estrutura-se em quatro partes. A primeira trata das perspectivas analíticas contemporâneas da Geografia do Voto. A segunda aborda o contexto geopolítico e a política nacional no início da década de 1990, a partir dos acontecimentos que influenciaram no campo político e das políticas públicas, como a formação do Mercosul, o Consenso de Washington - que teve como desdobramento a adoção de políticas neoliberais na América Latina -, o avanço da globalização informacional, bem como o contexto nacional atrelado ao processo de redemocratização.

⁴ A posse de Mário Pereira ocorreu no dia 02/04/1994 e sua saída se deu em 01/01/1995.

O terceiro momento é dedicado à análise dos governos de Roberto Requião (1991-1994) e Mário Pereira (1994)⁴, das coligações, estratégias políticas, discursos e campanhas do período.

Por fim, é realizada a análise cartográfica das eleições, a partir dos dados recolhidos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Os mapas representam uma ferramenta de espacialização dos votos municipais para as eleições do Executivo estadual, indicando as influências dos candidatos nos municípios e regiões do estado.

A cartografia eleitoral representa, nesse sentido, uma importante possibilidade analítica para leitura e interpretação da organização política-territorial, das estratégias criadas pelos políticos no período, além de contribuir para a compreensão da distribuição do voto no estado.

Geografia do voto: perspectivas analíticas.

O campo analítico da Geografia Eleitoral passou a ser estudado no início do século XX, inaugurado nas publicações de Siegfried, que procurou relacionar o tipo de solo à orientação do voto. Tingsten também contribuiu para o avanço metodológico no campo da Geografia Eleitoral, a partir da análise estatística e de dados sociais e eleitorais agregados.

Paul Lazarsfeld e Bernard Berelson também aprofundaram a discussão, ao revisitar a questão do comportamento do voto, não a partir de dados agregados, mas focando no indivíduo e em seu conjunto de valores e comportamentos que interferem nas decisões do voto (Terron, 2012).

A Geografia Eleitoral permite compreender os processos de espacialização do voto a partir do eleitorado e de suas decisões, bem como dos agentes, atores e entidades atuantes no território, que criam dinâmicas de poder e influenciam nas decisões e no comportamento eleitoral – cuja escolha e decisão pode estar atrelada a escalas, atores e agentes políticos, ou partidos que atuam em regiões ou territórios (estes podendo ser municipal, estadual, nacional ou em rede), além das territorialidades constituídas no espaço, que interferem na Geografia do voto (Terron, 2012).

Trata-se de um campo da Geografia em ascensão, permitindo amplo diálogo com os campos da ciência política, da psicologia do voto, da história política e da análise sociológica, os quais influenciam

as decisões eleitorais e a manutenção, reprodução ou rompimento dos agentes/atores que comandam ou influenciam a “cena” política em dado momento e em determinada escala geográfica.

Trabalhos importantes vêm sendo desenvolvidos, demonstrando a interface - e a necessidade - de se trabalhar as questões eleitorais vinculadas ao pensamento geográfico. Isso envolve o processo de espacialização via cartografia eleitoral (Terron, 2012; Pereira, 2014); bem como os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de agentes e atores políticos.

Também se destacam as influências regionais e locais de entidades, empresas, grupos e agentes que operam o poder político local ou regional, além de processos que envolvem atuações em rede, por meio de articulações e coesões de diversos grupos, partidos, empresas e políticos que atuam de maneira transescalar, vinculando discursos, ideologias e interesses comuns em prol de fortalecimento político (Paula, 2022). Além disso, tem-se analisado o comportamento do voto e sua relação com o território e a territorialidade (Rubens Jr., 2007; Augusto, 2017; Augusto e Silva, 2014).

Nas palavras de Augusto e Silva (2019, p. 386):

A interpretação dos sistemas e dos processos eleitorais, além da distribuição territorial da decisão do voto do eleitor, constitui um elemento a mais para explicar as diferentes tensões e conflitos que afetam as formas de organização do espaço. Assim, a decisão do voto é considerada o ponto final de um processo resultante de múltiplas influências, que cada eleitor recebe no seu contexto socioeconômico e cultural, o que torna a interpretação da capacidade de influência dos fatores pertencentes ao contexto do eleitor um importante elemento analítico da geografia eleitoral. A partir destes aspectos, são abordadas teorias que envolvem o comportamento do indivíduo enquanto eleitor que decide seu voto.

Os autores procuram destacar a importância do campo analítico da Geografia Eleitoral, que, além de propiciar a compreensão da espacialização/espacialidade do voto, também permite o entendimento de fenômenos mais complexos, envolvendo os poderes territoriais, os conflitos, interesses e coesões geradas a partir do processo eleitoral.

A decisão eleitoral, nesse sentido, representa o ponto final de uma etapa ou percurso, revelando uma “foto” de um cenário cuja

história, contextos, grupos e articulações moldaram esse retrato de momento. Compreender, portanto, os conflitos, atores e agentes que contribuem para a trama da decisão política do voto, bem como as representatividades, articulações, coligações, ideologias e interesses, é fundamental.

Castro (2018) comenta que as decisões relativas ao voto envolvem também dimensões estritamente territoriais, haja vista que os interesses e o jogo do poder político implicam diretamente na produção e reprodução de mecanismos territoriais, nas dimensões materiais da reprodução socioeconômica e da vida social, nas decisões envolvendo instituições e órgãos públicos, bem como na manutenção e melhoria do trabalho, da renda e do acesso a bens e serviços.

Os atores sociais participam desse processo, havendo, portanto, uma apropriação territorial que retroalimenta a produção de sistemas territoriais (termo utilizado por Raffestin, 2011) e organiza politicamente o espaço de convívio e as suas condições.

Pereira (2014) aponta a existência de dois tipos de sistemas eleitorais: o majoritário e o proporcional. Nas palavras do autor:

Os sistemas majoritários se baseiam pelo fato de o território ser caracterizado como circunscrição, colégio ou distrito eleitoral, eleito o partido ou os candidatos que obtiverem os maiores números de votos. No caso do Brasil, este modelo de sistema eleitoral é utilizado na eleição de prefeitos, governadores, senadores da república e para eleger o presidente da república. O sistema eleitoral proporcional é utilizado no Brasil para escolha do legislativo. O pressuposto fundamental de legitimação do sistema é [...] a ideia de que o Parlamento deve refletir a pluralidade que caracteriza o meio social. Para isso, o sistema proporcional leva em conta que a participação do partido no governo é proporcional ao número de eleitores. Essa proporcionalidade é assegurada a partir do coeficiente eleitoral [...] (Pereira, 2014, p. 6).

Esses sistemas são essenciais para: a) garantia do Estado de Direito nos moldes da Constituição Federal de 1988, assegurando o funcionamento da democracia participativa e do sistema republicano administrativo no país; e b) permitir a problematização do ponto de vista científico, das estratégias diferenciais utilizadas por diferentes segmentos políticos (Executivo e Legislativo) nas ações de cooptação de aliados e eleitores, além do uso de bases territoriais distintas na influência eleitoral e também na organização sociopolítica do território.

Assim, candidatos, partidos políticos e grupos criam estratégias dinâmicas a partir da atuação com instituições locais ou mesmo a partir de ideologias e articulações em rede (com empresas, grupos e outros políticos) para se elegerem. A eleição representa, nesse sentido, não apenas a escolha representativa de um político, mas também de uma agenda política, de interesses de grupos e dos agentes e ideologias aos quais o eleito está vinculado.

Esses interesses, coletivos ou privados, organizam parte do tecido social e também são influenciados pelas estruturas territoriais que condicionam as decisões eleitorais. A relação entre diferentes escalas geográficas e espacialidades, portanto, permite uma compreensão flexível acerca dos processos e estratégias que antecedem a “foto” momentânea da cartografia eleitoral.

Desse modo, compreender o cenário global e nacional do início da década de 1990 é fundamental para interpretação das redes nodais (sociais e econômicas) que influenciaram o debate político da década de 1990 e as estratégias criadas pelos grupos representantes — que lograram ou não êxito nas eleições — e que mantêm representatividades, pautas, agendas e maior ou menor influência na distribuição do voto no Paraná.

O contexto geopolítico da década de 1990: o avanço do neoliberalismo e os rumos da política nacional.

Em 1989, ocorreu a primeira eleição presidencial pós-democratização do país. O momento foi de grande euforia devido à promulgação da Constituição Federal um ano anterior (1988), tendo 22 candidatos concorrendo ao principal cargo do Executivo.

Os principais candidatos à presidência foram Fernando Collor de Mello (PRN, atual Agir), o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e atual presidente da República, Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB) e Paulo Maluf (PDS, atual PP).

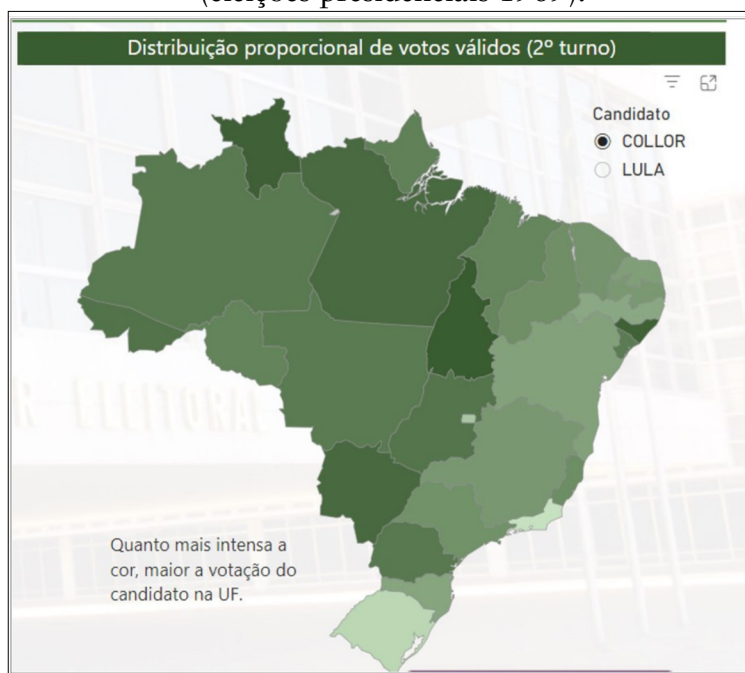
As eleições foram para o segundo turno, sendo eleito Fernando Collor de Mello com 53,03% dos votos, contra 46,97% do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (TSE, 2024). A Figura 1 demonstra a distribuição dos votos por estado.

A campanha de Collor focou em promessas como a redução da inflação - que representava um grande desafio para o país desde o

final da década de 1980 - além de propor uma “moralização política” e a retomada de investimentos de modernização.

Collor governou o país de 15 de março de 1990 até 29 de dezembro de 1992, quando sofreu impeachment por crime de responsabilidade administrativa. Nesse momento, assumiu seu vice, Itamar Franco.

Figura 1 - Distribuição proporcional de votos válidos no Brasil (eleições presidenciais 1989).



Fonte: TSE (2024).

No cenário internacional, em 1989 ocorreu o Consenso de Washington, o que levou vários países na América Latina a adotarem medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial para o controle dos gastos públicos, no intuito de melhorar suas economias.

A adesão ao modelo neoliberal trouxe implicações gravíssimas do ponto de vista social, haja vista que as políticas de austeridade fiscal e empréstimos efetuado por países como Chile, Argentina (e, mais tarde, o Brasil), elevaram a dívida externa e ampliaram as desigualdades sociais (Fiori, 1995).

O ingresso de Itamar Franco na Presidência da República, em 1992, retardou o avanço do neoliberalismo no Brasil. O ministro da fazenda, Ciro Gomes, era declaradamente contrário à imposição das políticas oriundas do Consenso de Washington e vinha de uma linha desenvolvimentista influenciada por Celso Furtado (Gomes; Unger, 1996).

O fim da Guerra Fria, em 1989, também redesenhou o panorama geopolítico, com a transição de um mundo bipolar para um mundo multipolar. Como reflexo, em 1991, foi formado o Mercosul, bloco econômico composto inicialmente por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com o intuito de estreitar relações econômicas, eliminar barreiras alfandegárias e permitir maiores relações bilaterais, fortalecendo o comércio entre os países do bloco (Soares Filho, 2009).

Conforme expõe Soares Filho (2009, p. 22):

Os processos de integração regional surgem como contraponto à globalização econômica, resultante da necessidade de os países situados numa mesma região se congregarem, para proteger suas economias dos efeitos negativos da mundialização, reunindo capitais, tecnologias, recursos humanos, e promovendo medidas conjuntas nos vários campos de atividade para dinamizar o progresso material e social de seus povos e, por esse meio, lograr o desenvolvimento econômico com justiça social, que implica a melhoria de suas condições de vida. As organizações de integração econômica, pois, traduzem uma reação necessária dos Estados ao contexto econômico internacional. Tal como os demais processos dessa natureza, o do Mercosul se restringia, de início, ao desenvolvimento econômico, embora seu tratado constitutivo contemple os direitos sociais. O trato da questão relativa a esses direitos veio depois, como exigência da integração, que compreende não apenas o fator econômico, mas também o social.

O estado do Paraná, nesse sentido, privilegiou-se do ponto de vista locacional por fazer fronteira com os países do Mercosul, o que permitiu dinamizar as exportações para os países vizinhos, como demonstrou o trabalho de Suzuki Júnior (2003).

Outro desafio encontrado pelos entes federados — estados e municípios — na década de 1990 foi a chamada “guerra fiscal”. Com a Constituição de 1988, houve maior autonomia político-administrativa dos estados, ao mesmo tempo em que se verificou grande dependência dos repasses de verbas federais.

Dulci (2002) expõe que esse processo ocorreu em decorrência da centralização dos recursos na União, ao passo em que a gestão política-administrativa descentralizada proposta pela Constituição instituiu mecanismos tributários autônomos aos entes federados. Um exemplo foi a atribuição diferenciada da alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), instituindo a denominada “guerra fiscal”.

Nas palavras do autor:

O conflito fiscal entre os estados [...] tem causas bem definidas [...] Houve, em primeiro lugar, o processo de desmontagem do regime autoritário de 1964, culminando com a Constituição de 1988. Entre os elementos da referida desmontagem ocupava lugar de destaque um impulso muito claro de descentralização política e institucional, a traduzir-se em deslocamento de poder em favor de estados e municípios. É inegável o sentido democrático da descentralização estabelecida na Carta de 1988; porém, ela estimulou uma espécie de anomia no que diz respeito ao quadro tributário no âmbito da federação, ao atribuir a cada estado o poder de fixar autonomamente as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - o imposto que constitui a base da receita estadual. Estava preparado o alicerce jurídico para as escaramuças da guerra fiscal. A revisão do pacto federativo promovida pela Constituição de 1988 provocou uma atitude hostil da União em face da descentralização, pelo que ela significava de perda de receita. Desde então observa-se o empenho do governo federal em ampliar seu quinhão do bolo tributário, empregando para isso vários meios, inclusive alguns que apontam para uma nova centralização, colidindo portanto com a linha consagrada pela Constituição vigente. Ao mesmo tempo, o governo da União tem levado adiante, desde o início da década de 90, toda uma sequência de medidas de orientação liberal [...] (Dulci, 2002 p.96).

O desafio da gestão pública impôs-se na tentativa de criar mecanismos fiscais para arrecadação e investimentos internos, garantindo maior autonomia financeira aos entes federados.

O esgarçamento do tecido social brasileiro, atrelado à desestatização de empresas, ao avanço do capital estrangeiro, ao acirramento da guerra fiscal e à ausência de um planejamento nacional, implicou estratégias políticas que necessariamente considerassem os desafios e demandas endógenas aos entes federados.

O período pós-1994 marca um avanço mais abrupto do neoliberalismo no Brasil, acentuando as desigualdades sociais e regionais, além de provocar perda da riqueza nacional devido à série de desestatizações e à desregulamentação econômica.

Em 1989, o Brasil era o país mais desigual do mundo, conforme o índice de Gini. Já em 1990, os 50% mais pobres detinham 12,7% da renda nacional; em 1998, esse número caiu para apenas 11,2%.

A desigualdade regional também se acentuou: enquanto a taxa de analfabetismo no Sudeste era de 8,6% em 1997, no Nordeste esse número chegava a quase 30%. Ainda em 1997, a mortalidade infantil, que era de 25% no Sudeste, aproximava-se de 60% na região Nordeste do país (Carvalho, 2021; Dantas, 2023).

O problema da desigualdade estendeu-se também à questão étnico-racial. Enquanto o analfabetismo chegava a 9% entre os brancos, entre pretos e pardos esse número era de 22%.

Do ponto de vista salarial, cerca de 34% da população branca ganhava até um salário mínimo. Já entre a população preta, cerca de 60% recebia até um salário mínimo, percentual que chegava a 61,5% entre a população parda (Carvalho, 2021; Dantas, 2023).

Do ponto de vista econômico, o Plano Real trouxe certa estabilidade na inflação, inicialmente. Contudo, em 1999, a crise cambial levou o Brasil, novamente, ao aumento da inflação, trazendo mais pobreza, desemprego e miséria (Dantas, 2023).

No contexto do estado do Paraná, o avanço do ideário neoliberal e seus reflexos desastrosos foram retardados com a eleição de Roberto Requião, em 1991, que procurou promover políticas de maior intervenção estatal, atenuando os impactos provenientes do contexto da economia internacional, privilegiando-se também a formação do Mercosul.

O Paraná na ‘*contramão*’: o governo de Roberto Requião (1991-1994) e Mário Pereira (1994-1995).

A reprodução do poder político no estado do Paraná é marcada por uma série de atuações de redes políticas, nas quais famílias conservaram o poder sob diferentes formas, assegurando privilégios e estabelecendo conexões, articulações e redes de atuação

que garantissem a manutenção do poder familiar político por décadas em diferentes contextos (Oliveira, 2007).

Conforme comenta Oliveira (2007, p. 150), a definição de rede política é entendida como “uma conexão de interesses envolvendo empresários e cargos políticos no aparelho de Estado em diferentes poderes — no Executivo, Legislativo e no Judiciário — e em outros espaços de poder, em função de operações de mútuo benefício e ações político-financeiras articuladas[...]”.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o momento político no Brasil era aquecido devido à promulgação da Constituição Federal e à ascensão nacional de vários candidatos à Presidência da República.

No estado do Paraná, concorreram seis candidatos ao pleito do principal cargo do poder executivo estadual. A Figura 2 demonstra os candidatos e o número de votos obtidos no primeiro turno das eleições, enquanto a Figura 3 apresenta os dados ao número de votos no segundo turno.

Tabela 1 - Votos apurados no 1º Turno das Eleições estaduais do Paraná de 1990 por candidato

Chapa	Votos	% votos dos votos apurados
José Carlos Martinez e Augusto de Oliveira Carneiro (PRN,PFL, PDC,PSC)	1.291.191	36,00
Roberto Requião e Mário Pereira (PMDB, PMN, PTdoB)	1.073.926	34,24
José Richa e Euclides Scalco (PSDB, PCB e PCdoB)	677.714	21,61
Henrique Pizzolato e Claudio Antonio Ribeiro (PT, PSB)	192.264	6,13
Jussara Toledo e Marciano Rubel (PST)	37.998	0,93
Tasso Gouveia e Celso César Cima (PSD)	26.567	0,52
Votos brancos	530.669	12,08
Votos nulos	725.708	16,52
Total de votos apurados	4.393.280	85,93
Abstenções	719.513	14,07

Fonte: Brasil (2003); Organização: Os autores (2024).

Tabela 02 - Votos apurados no 2º Turno das Eleições estaduais do Paraná de 1990 por candidato

Chapa	Votos	% votos dos votos apurados
Roberto Requião e Mário Pereira (PMDB, PMN, PTdoB)	1.877.282	55,77
José Carlos Martinez e Augusto de Oliveira Carneiro (PRN,PFL, PDC,PSC)	1.489.172	44,23
Votos brancos	76.517	1,81
Votos nulos	795.210	18,76
Total de votos apurados	4.238.091	82,89
Abstenções	874.702	17,11

Fonte: Brasil (2003); Organização: Os autores (2024).

Roberto Requião assumiu o governo do estado em 1991, após ter sido prefeito da capital, Curitiba, e apresentou um plano de governo que enfatizava investimentos públicos, na contramão do movimento neoliberal que começava pressionar o Estado nacional.

Sua gestão perdurou até 1994, quando deixou o cargo para concorrer ao Senado da República, após ter sido derrotado na convenção do PMDB como candidato à Presidência:

Em 1990, a eleição de Requião para o governo do Estado retardou o avanço liberal, uma vez que o governador eleito priorizou programas pautados pelos investimentos públicos centralizados como o Painel Cheia e o Bom Emprego Fiscal, engavetando muitas das ideias de privatização e enxugamento da máquina pública que haviam surgido na gestão anterior (Lima, 2006 p. 117).

Esses investimentos renderam mais duas eleições ao governo do estado (2003-2006 e 2007-2010), com Roberto Requião retornando ao cargo de senador da República em 2011, função que ocupou até o ano de 2019.

Além disso, Requião também atuou como Secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná, criou as subprefeituras de Curitiba no período em que foi prefeito da capital e ficou

conhecido por tecer críticas ao ideário neoliberal e ao Consenso de Washington.

Em sua atuação no Paraná, vale destacar a criação do Programa Panela Cheia no primeiro mandato e os planos de progressão dos servidores públicos estaduais no segundo mandato.

Mário Pereira, por outro lado, alterou os rumos da política no estado, aderindo a projetos empresariais após assumir o comando do Executivo estadual no período entre 1994 e 1995.

Em abril de 1994, o então governador licenciou-se para concorrer a uma vaga ao Senado Federal. Em seu lugar assumiu no dia 02 de abril, o vice-governador Mário Pereira. Engenheiro elétrico, Mário Pereira ingressou no PMDB ainda nos anos de 1970, elegendo-se deputado estadual em 1982, sendo reeleito em 1986. Ao assumir a chefia do Poder Executivo do Estado do Paraná, Mário Pereira lançou um programa chamado Pró-Paraná, que tinha como objetivo principal estruturar o Estado para o recebimento de novas indústrias mediante incentivos fiscais. A ascensão do vice-governador ao cargo majoritário, portanto, trouxe mudanças no direcionamento político e econômico do Paraná. Esta mudança que se efetou a partir do Movimento Pró-Paraná buscava colocar o Estado numa posição mais agressiva diante da concorrência de outros Estados, que buscavam semelhantes fins. Este momento da política paranaense, é importante ressaltar, ocorria paralelamente ao que posteriormente ficou conhecido como Guerra Fiscal (Lima, 2006 p. 117).

Lima (2006), salienta que o Movimento Pró-PR tinha à frente o setor automobilístico, com destaque para o ex-presidente da Volkswagen e da Autolatina, o que demonstrava um estreitamento nas relações entre o setor industrial corporativo com a governança política.

Federalmente, também havia uma tendência de apoio à atração de investimentos industriais, fator que, posteriormente, ocasionou a formação dos parques industriais automobilísticos na Região Metropolitana de Curitiba:

Tal projeto, tendo um ex-presidente da Autolatina como principal consultor, certamente não poderia deixar de render bons frutos para as montadoras, inclusive a Volkswagen, que posteriormente instalou seu

parque industrial da Audi na cidade de São José dos Pinhais. O projeto marca o retorno das ideias liberais, que já eram defendidas no governo Álvaro Dias, bem como por várias entidades empresariais como livre mercado, privatização e, principalmente, apoio ao empresariado. Este programa que teve como eixo principal os incentivos fiscais, apesar de ter sido concebido na administração peemedebista de Mário Pereira, alcançou seu auge na gestão Jaime Lerner (1995-2002) onde empresas como Chrysler, em abril de 1998, Renault em dezembro de 1998, e a Audi-Volkswagen, em janeiro de 1999, instalaram parques industriais no Estado, além de inúmeras empresas fornecedoras de autopeças. O destaque dado ao ramo automobilístico era justificado pelos administradores públicos em virtude de que “ela é uma indústria estratégica, com muitos encadeamentos para frente e para trás, o que justifica um tratamento especial” (Lima, 2006 p. 117 e 118).

Os governos do PMDB, de Roberto Requião e Mário Pereira, apesar de focos diferentes, conseguiram atrair investimentos e estabelecer planos consideráveis para o estado do Paraná, em um contexto de grande instabilidade econômica, inflação elevada e início do Plano Real. Os programas instituídos, principalmente por Roberto Requião, acabaram atrasando o ingresso do ideário neoliberal no estado, embora seu sucessor tenha levado a cabo o ingresso do capital estrangeiro por meio da indústria automobilística.

Apesar disso, os governos que sucederam o mandato do PMDB deram continuidade a esses investimentos industriais, com foco especialmente em Curitiba e Região Metropolitana. Desse modo, podemos nos perguntar: como ocorreu a distribuição eleitoral no estado, a partir dos municípios e regiões? Quais estratégias foram utilizadas para capitanear os votos nos diversos municípios paranaenses nas eleições de 1990?

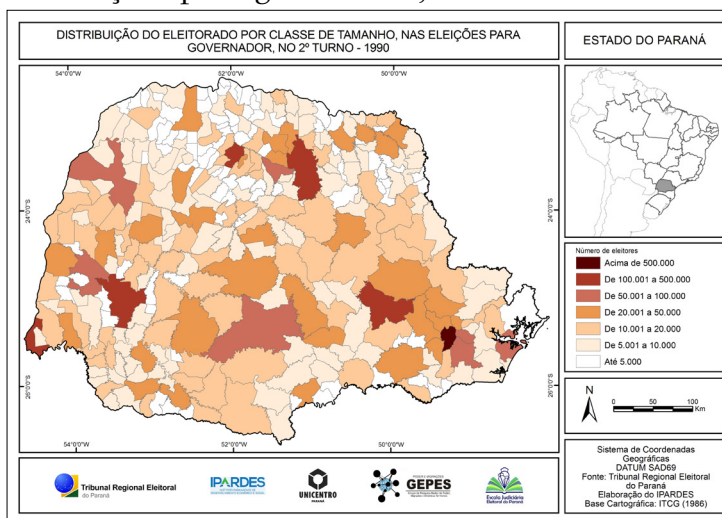
A espacialização do voto e os resultados eleitorais no Paraná nas eleições de 1990

Os dados relativos ao eleitorado e as diferentes estatísticas eleitorais auxiliam na compreensão do cenário político do início da década de 1990 no Paraná, considerando o comportamento

do eleitorado no processo de decisão do voto e comparecimento à eleição.

A Figura 2 demonstra a distribuição do eleitorado no estado, com destaque para seus principais colégios eleitorais, sendo Curitiba, a capital, o maior deles, seguida de outros colégios importantes, tais como: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu, além de outros colégios eleitorais relevantes, como Guarapuava, São José dos Pinhais, Paranaguá, Umuarama, Toledo e Apucarana.

Figura 2 - Distribuição do eleitorado por classe de tamanho, nas eleições para governador, no 1º turno - 1990



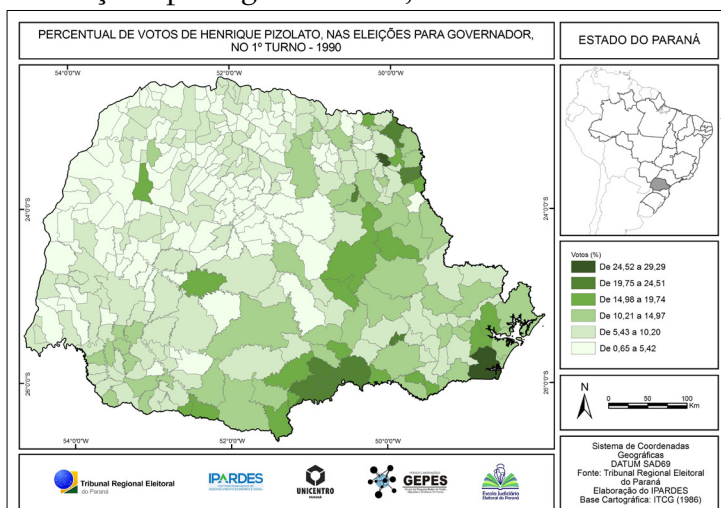
Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

As três candidaturas menos expressivas foram as de Henrique Pizzolato (Figura 3), Jussara Toledo (Figura 4) e Tasso Gouveia (Figura 5), sendo que Henrique Pizzolato, mesmo distante dos resultados eleitorais alcançados pelas três principais candidaturas, conseguiu vencer em um município – São João do Triunfo – devido à força do PT no local, que elegeu, em 1988, a chapa José Maria Tardin e Bernardino de Souza Moreira.

Conclui-se que a votação de Henrique Pizzolato, no entanto, demonstrou competitividade em alguns municípios, especialmente na porção sudoeste e oeste do estado, ficando em

terceiro lugar, à frente de José Richa em Dois Vizinhos, Toledo, Medianeira, Lindoeste, Verê e Missal.

Figura 3 - Percentual de votos de Henrique Pizzolato, nas eleições para governador, no 1º turno - 1990



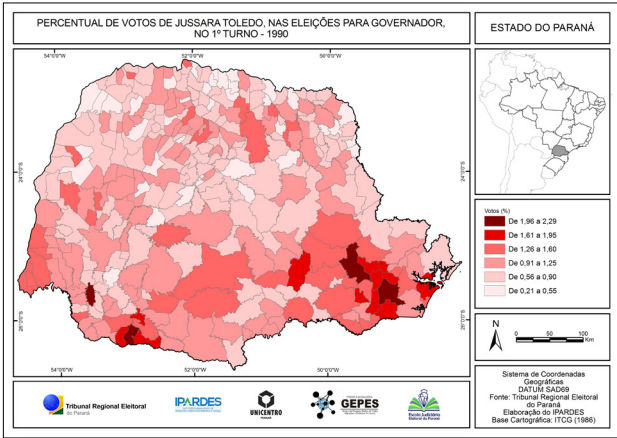
Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

Dentre as três candidaturas coadjuvantes, observa-se que as de Jussara Toledo e Tasso Gouveia não ultrapassaram 3% dos votos em nenhum dos municípios paranaenses, o que revela a fragilidade dessas candidaturas.

Em termos absolutos e relativos de votos, destaca-se o desempenho de Jussara Toledo na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), especialmente em São José dos Pinhais, Campo Largo, Piraquara e Tijucas do Sul, além de seus 9.988 votos na capital.

A Figura 4 evidencia uma tonalidade mais escura no sudoeste do estado, o que indica um desempenho mais expressivo nesta região. No entanto, em Renascença, a candidata obteve apenas 2,1% dos votos, o que corresponde a 62 votos.

Figura 4 - Percentual de votos de Jussara Toledo, nas eleições para governador, no 1º turno – 1990.



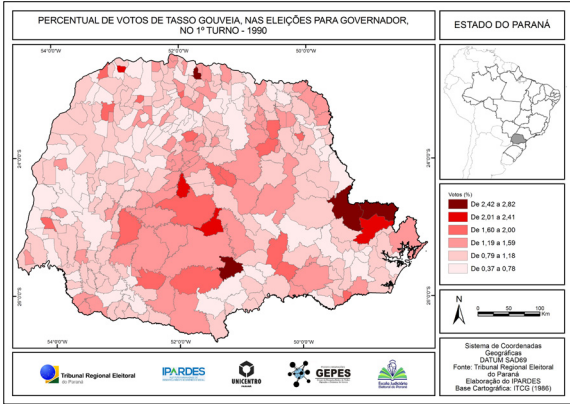
Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

Em termos absolutos e relativos de votos, destacamos que o desempenho de Tasso Gouveia não se concentrou nos 10 maiores colégios eleitorais, onde não ultrapassou 2% dos votos válidos.

A Figura 5 evidencia que sua performance se destacou em municípios com menos de 10 mil eleitores, como Cafeara, Inácio Martins, Adrianópolis e Cerro Azul.

Em Curitiba, por exemplo, no norte do estado, o candidato obteve 2.122 votos, com percentual inferior ao registrado em Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel.

Figura 5 - Percentual de votos de Tasso Gouveia, nas eleições para governador, no 1º turno - 1990



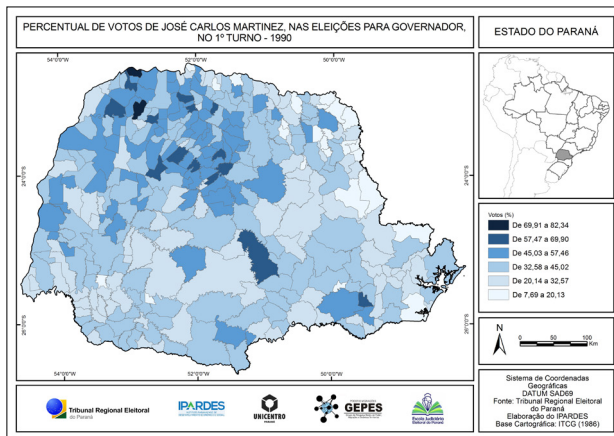
Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

Considerando a distribuição espacial do eleitorado no estado, com destaque para a capital e os principais colégios eleitorais do interior mencionados, é importante ressaltar os resultados do 1º turno das eleições de 1990, em especial das três principais candidaturas: José Carlos Martinez, o mais votado no 1º turno, mas derrotado no 2º turno; Roberto Requião, segundo mais votado no 1º turno e vencedor no 2º turno; e José Richa, que obteve quase 700 mil votos no 1º turno, sendo os votos de seus ex-eleitores decisivos para o resultado final do pleito.

Na Figura 6, observa-se que a porção noroeste do estado apresentou resultados favoráveis à candidatura de José Carlos Martinez, com vitórias em Paranavaí, Cianorte, Umuarama, Maringá e Campo Mourão (reduto do candidato a vice-governador Augusto Carneiro). Em Amaporã e Diamante do Norte, o candidato recebeu mais de 70% dos votos válidos. Mesmo em Prudentópolis, na região centro-sul do Paraná, Martinez obteve 69% dos votos válidos, apesar de a região ter votado em maior número em Requião.

Destaca-se também o desempenho de Martinez nos municípios de Arapongas, com alta votação e porcentagem, seguido de Londrina, Cambé, Rolândia e Apucarana. Nas regiões sudoeste, nordeste, sul e na Região Metropolitana de Curitiba, sua votação foi menos expressiva, mas sempre competitiva, com vitórias em Ponta Grossa, Castro, Toledo, Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Pato Branco, Francisco Beltrão, Lapa e São José dos Pinhais.

Figura 6 - Percentual de votos de José Carlos Martinez, nas eleições para governador, no 1º turno - 1990



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

O governador Álvaro Dias foi o principal cabo eleitoral da candidatura de Roberto Requião, rompendo com ele apenas após sua eleição, a partir de 1991, quando Requião entrou em conflito com o TRE-PR e o Poder Judiciário em geral, principalmente no caso Ferreirinha, que abordaremos a seguir.

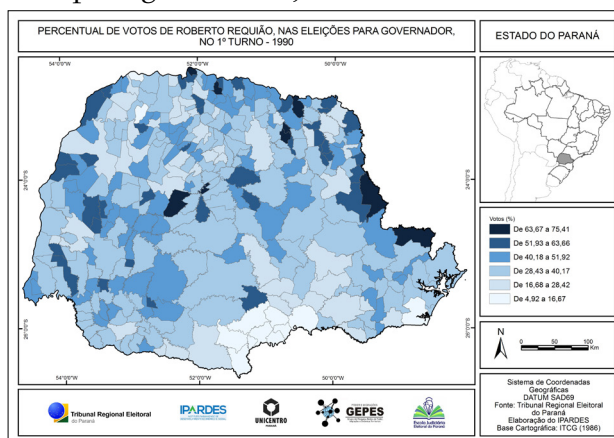
Requião teve uma distribuição de votos menos heterogênea que a de seu principal adversário, conforme observado na Figura 7. Nela, predominam resultados médios em praticamente todo o estado, com exceção da porção noroeste, que apresentou resultados mais favoráveis a José Carlos Martinez, e da região sul/sudeste, onde os resultados favoreceram José Richa.

Requião destacou-se no Norte Pioneiro, vencendo em São Sebastião da Amoreira, Nova América da Colina, Santa Mariana, Cambará, Conselheiro Mairinck e Jaboti. Em Cafeara, localizada na região norte-central, Requião obteve 74% dos votos válidos.

Além disso, Requião também demonstrou competitividade nos grandes centros urbanos, conquistando vitórias expressivas em Foz do Iguaçu, e uma margem menor de votos em Curitiba (berço político de sua família), Piraquara, Colombo, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Telêmaco Borba.

Nos 10 maiores colégios eleitorais do estado, obteve boa votação em Ponta Grossa, Maringá e Cascavel, sendo esta última um reduto eleitoral de Mário Pereira, candidato a vice-governador.

Figura 7 - Percentual de votos de Roberto Requião, nas eleições para governador, no 1º turno - 1990



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

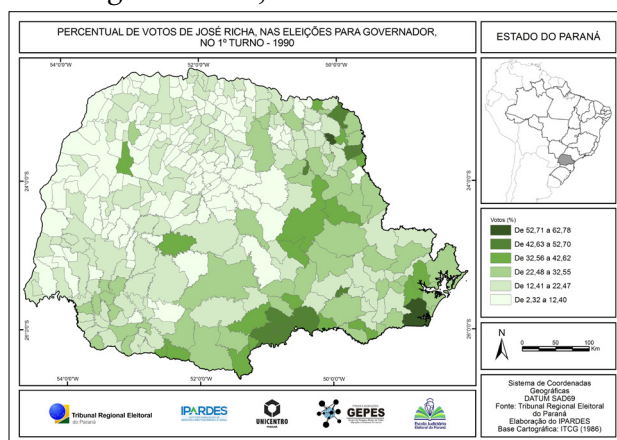
A Figura 8 ilustra a distribuição espacial dos quase 700 mil votos de José Richa. Diferente de seus adversários, Richa concentrou seus votos na porção leste do estado, com destaque para o sudeste, onde venceu em União da Vitória, Porto Amazonas, São Mateus do Sul, Mallet, Paulo Frontin e Antônio Olinto. No litoral, Richa obteve seu melhor desempenho estadual em Guaratuba, seguido por Morretes e Antonina. No Norte Pioneiro, venceu em Guapirama, Jacarezinho, Siqueira Campos, Figueira e Salto do Itararé.

Nos grandes colégios eleitorais do estado, Richa ficou em segundo lugar em Curitiba, Londrina (seu berço político) e Ponta Grossa. Nos polos regionais, destaca-se sua boa votação em Irati e na Lapa.

Na Figura 8, observa-se a limitada influência do vice-candidato Euclides Scalco no sudoeste do estado, particularmente em Francisco Beltrão, o que se revelou insuficiente para assegurar a ida da chapa ao segundo turno. Cabe destacar que, em 1990, Scalco já havia sido eleito três vezes deputado federal, o que lhe conferiu notoriedade e capilaridade em diversas regiões do estado.

Além disso, para um ex-governador, chama atenção o baixo desempenho de Richa na região noroeste e no centro-norte do estado, conhecido como Vale do Ivaí, regiões que haviam apoiado sua candidatura para governador em 1982 e para senador em 1986. A única exceção foi sua vitória em Cruzeiro do Oeste, no noroeste, região que votou em Collor para presidente em 1989, e em Martinez em 1990.

Figura 8 - Percentual de votos de José Richa, nas eleições para governador, no 1º turno - 1990



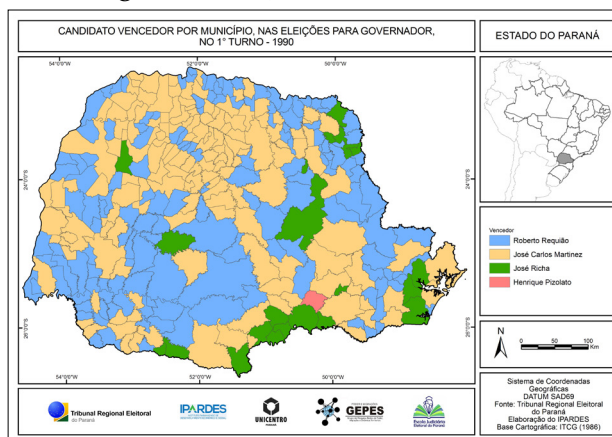
Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

Em síntese, José Carlos Martinez teve destaque no norte do estado, principalmente em Londrina, Maringá, Umuarama, Apucarana e Arapongas, sendo também o mais votado em Ponta Grossa, Cascavel, Paranaguá e São José dos Pinhais.

Por outro lado, Roberto Requião teve vitórias importantes em Colombo, Almirante Tamandaré, Foz do Iguaçu e Guarapuava. José Richa venceu em União da Vitória, São Mateus do Sul, enquanto Henrique Pizzolato venceu apenas em São João do Triunfo.

A Figura 9 demonstra relativo equilíbrio entre os dois candidatos que asseguraram vaga no 2º turno de 1990.

Figura 9 - Candidato vencedor por município, nas eleições para governador, no 1º turno - 1990



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

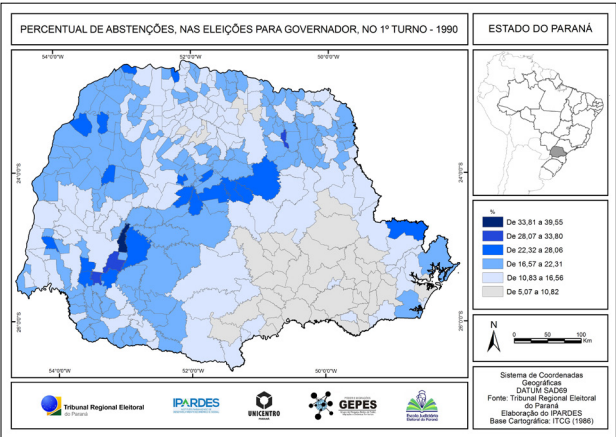
É importante ressaltar os dados relativos à abstenção, brancos e nulos.

Nos dois turnos, como mostram as Figuras 10 e 11, a abstenção foi elevada, principalmente no oeste e norte paranaense — justamente onde o candidato José Carlos Martinez obteve maior sucesso que seus adversários. No segundo turno, por exemplo, a abstenção no noroeste do estado foi notadamente elevada.

Em contrapartida, a região metropolitana de Curitiba e a porção leste do estado apresentaram, com exceções, menores índices de abstenção, principalmente quando comparados aos elevados níveis do oeste do estado. Importantes colégios eleitorais, como Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Guarapuava, por

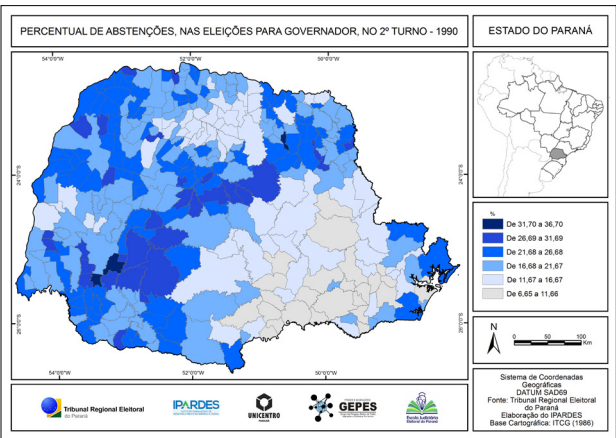
exemplo, enquadram-se nos níveis mais baixos de abstenção, junto à capital Curitiba, que figurou na menor faixa de abstenção conforme demonstram as Figuras 10 e 11, que apresentam os dados do primeiro e segundo turno, respectivamente.

Figura 10 - Percentual de abstenções, nas eleições para governador, no 1º turno - 1990



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

Figura 11 - Percentual de abstenções, nas eleições para governador, no 2º turno - 1990



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

No que se refere aos votos brancos (Figura 12) e nulos (Figura 13), no primeiro turno, podemos observar elevados percentuais

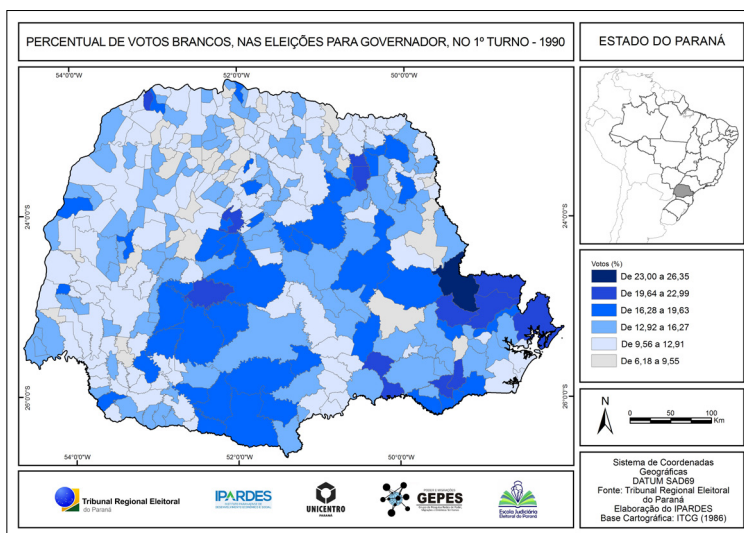
em alguns municípios paranaenses, como em Londrina — um dos principais colégios eleitorais do estado —, bem como em alguns municípios limítrofes (que também compõem sua Região Metropolitana), como Rolândia.

Os dados são espalhados e, analisados conjuntamente, complementam-se nas diferentes regiões do estado, isto é, nas regiões onde os votos nulos foram altos, os brancos apresentam percentuais menos elevados, e vice-versa.

O comportamento dos dados de brancos e nulos observado no primeiro turno ocorre também no segundo turno. Contudo, é possível verificarmos com maior nitidez que a região central do Paraná apresentou percentuais menores que os das demais regiões do estado nessa categoria de voto (Figuras 14 e 15).

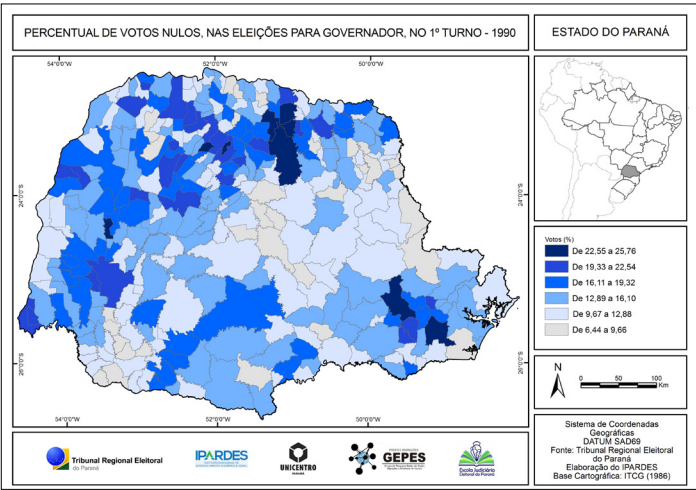
Novamente Londrina e municípios limítrofes se destacam nos votos nulos, enquanto os demais, com elevados percentuais nas figuras citadas, são localidades de menor contingente populacional e, conseqüentemente, com menos eleitores.

Figura 12 - Percentual de votos brancos, nas eleições para governador, no 1º turno - 1990



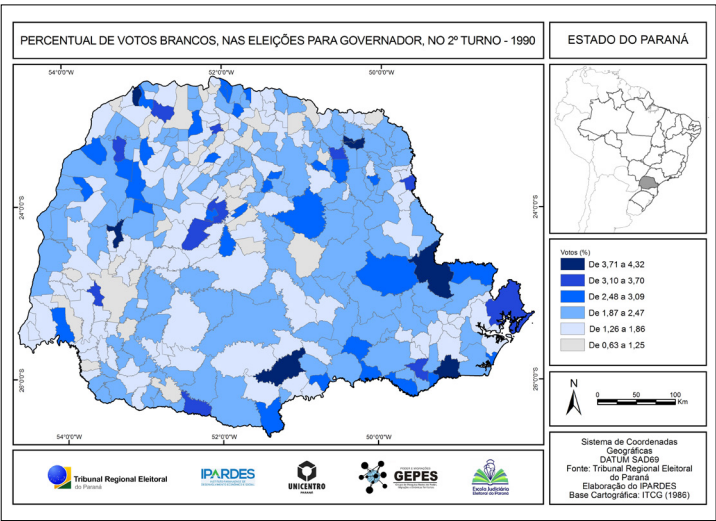
Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

Figura 13 - Percentual de votos nulos, nas eleições para governador, no 1º turno - 1990



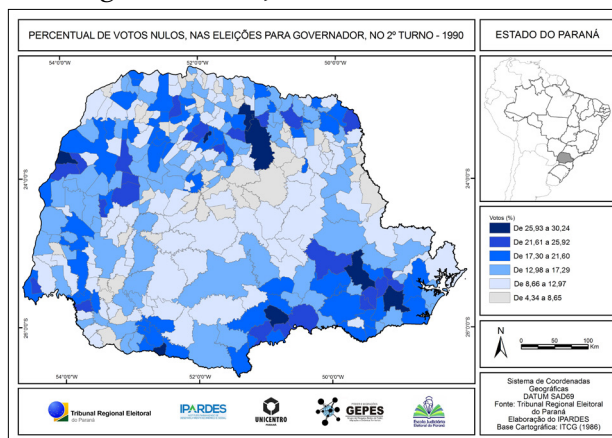
Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

Figura 14 - Percentual de votos brancos, nas eleições para governador, no 2º turno - 1990



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

Figura 15 - Percentual de votos nulos, nas eleições para governador, no 2º turno - 1990



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

A propaganda eleitoral e a dinâmica da geografia eleitoral nas Eleições de 1990 no Paraná

As eleições para governador do Paraná, em 1990, foram marcadas por um episódio significativo de propaganda eleitoral, que possivelmente influenciou os resultados no segundo turno. Nos dias finais da disputa, a campanha do candidato Roberto Requião veiculou um programa de rádio e televisão no qual um suposto pistoleiro, identificado como 'Ferreirinha', afirmava ter cometido crimes a mando da família do adversário, José Carlos Martinez.

A história foi desmascarada pela Polícia Federal antes da posse, revelando-se que o personagem 'Ferreirinha' era, na verdade, um motorista de ônibus. A justificativa da campanha de Requião era de que os eventos narrados na região de Assis Chateaubriand haviam sido divulgados pela imprensa nas décadas de 1960 e 1970, e que o vídeo em questão tratava-se de uma performance.

Em 1992, a Corte do TRE-PR cassou o mandato de Requião, alegando que ele havia se beneficiado da fraude eleitoral. No entanto, essa decisão foi posteriormente revertida pelo TSE, em 1994, quando Requião já era candidato ao Senado. A anulação foi fundamentada em falhas processuais e na prescrição do caso, o que possibilitou a reversão da sentença.

Entretanto, como este artigo é de geografia eleitoral, é fundamental analisar os resultados eleitorais entre os dois turnos e avaliar o impacto dessa propaganda na geografia eleitoral do estado. Essa denúncia conseguiu reverter o quadro e eleger Requião?

É fato que a comparação entre os turnos revela um crescimento expressivo da votação de Requião, especialmente em alguns municípios estratégicos. Os dados mostram que, entre o primeiro e o segundo turno, Roberto Requião ampliou sua votação em **801.105 votos**, enquanto Martinez teve um aumento menor, de **358.560 votos**. Essa diferença sugere que Requião conseguiu captar um volume considerável de eleitores indecisos ou que haviam votado em outros candidatos no primeiro turno.

Ao analisar a distribuição geográfica do crescimento eleitoral de Roberto Requião nas eleições de 1990, observa-se que os municípios que apresentaram os maiores aumentos no número de votos para o candidato foram, em ordem decrescente: Curitiba, com um acréscimo de 137.176 votos; Londrina, com 33.969 votos; Cascavel, com 24.142 votos; Maringá, com 22.442 votos; Ponta Grossa, com 21.583 votos; Guarapuava, com 19.803 votos; Foz do Iguaçu, com 16.119 votos; Paranaguá, com 15.152 votos; Toledo, com 11.479 votos; e Telêmaco Borba, com 8.808 votos.

Tabela 3 - Candidato vitorioso no 10 municípios paranaenses com maior eleitorado

MUNICÍPIO	VENCEDOR 1º TURNO	VENCEDOR 2º TURNO
CURITIBA	Requião	Requião
LONDRINA	Martinez	Martinez
MARINGÁ	Martinez	Martinez
PONTA GROSSA	Martinez	Requião
FOZ DO IGUAÇU	Requião	Requião
CASCADEL	Martinez	Requião
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	Martinez	Requião
UMUARAMA	Martinez	Martinez
GUARAPUAVA	Requião	Requião
TOLEDO	Martinez	Requião

A denúncia veiculada no final do 2º turno da campanha de 1990 teve um impacto significativo na dinâmica eleitoral, especialmente na região Oeste do Paraná, diretamente relacionada aos empreendimentos fundiários da família Martinez e à polêmica envolvendo os posseiros das terras dessa família nas décadas de 1960. No primeiro turno, Martinez obteve vitória em municípios como Cascavel, Corbélia, Nova Aurora, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Toledo. No entanto, Requião conquistou a vitória em Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Palotina, Iporã e Jesuítas, localidades também associadas à mesma controvérsia histórica.

No segundo turno, José Carlos Martinez venceu apenas em Terra Roxa, um dos poucos municípios onde a influência dos eventos passados não parece ter alterado o quadro eleitoral. Esse cenário sugere que a propaganda eleitoral de Requião teve um efeito substancial na reversão de votos, especialmente no Oeste paranaense.

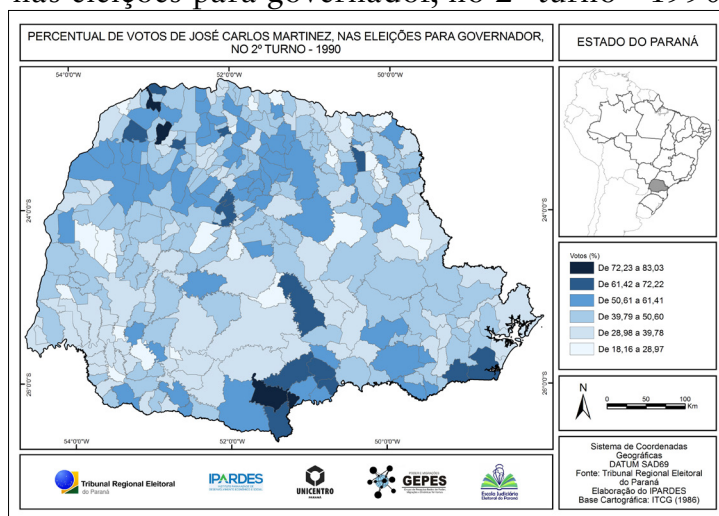
Os resultados eleitorais do segundo turno, que deram a vitória a Roberto Requião, mostram que este foi o principal herdeiro dos votos dos demais candidatos do 1º turno. É importante retomar as três outras candidaturas, de modo que Henrique Pizzolato (PT), quarto colocado no pleito de 1990, aproximou-se dos 200 mil votos e, somado às candidaturas de Tasso Gouveia (PSD) e Jussara das Graças (PST), houve quase 260 mil votos. Juntando-se os votos de José Richa, o total de votos dos demais candidatos no primeiro turno atingiu aproximadamente 934 mil votos.

No entanto, é importante destacar que estudos mais aprofundados devem ser realizados, com a escala geográfica correta, para uma análise mais precisa. No segundo turno, por exemplo, José Carlos Martinez obteve vitórias em municípios como Guaratuba, Guapirama, Jacarezinho, União da Vitória, Siqueira Campos e Mallet, onde o vencedor no primeiro turno havia sido Richa. Esse detalhe revela uma inversão de cenário que merece atenção nas análises eleitorais, pois sugere uma mudança nas preferências eleitorais entre o primeiro e o segundo turno.

O crescimento nesses municípios pode indicar que a narrativa utilizada na propaganda teve maior repercussão em locais onde o tema fundiário tinha relevância histórica e social. A análise da geografia eleitoral demonstra como eventos de campanha podem influenciar a distribuição do voto, alterando tendências em determinadas localidades. O episódio de 1990 reforça o papel da comunicação política na formação da opinião pública e na decisão dos eleitores, especialmente em disputas acirradas como a ocorrida no Paraná naquele ano.

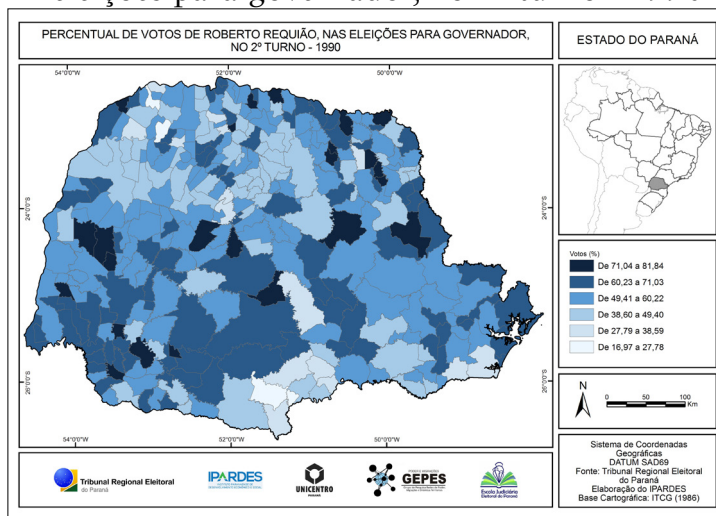
A candidatura de Roberto Requião aumentou sua votação absoluta em quase 800 mil votos, enquanto a de José Carlos Martinez teve um acréscimo de cerca de 300 mil votos, o que nos leva a inferir que o candidato do PMDB herdou boa parte do eleitorado dos candidatos derrotados em primeiro turno, além de uma sensível redução nas abstenções, considerando os votos absolutos finais da eleição de 1990. Os percentuais podem ser observados nas Figuras 16 e 17, onde Roberto Requião venceu em praticamente todas as regiões do estado, com exceção do norte paranaense, onde permaneceu um relativo equilíbrio.

Figura 16 - Percentual de votos de José Carlos Martinez, nas eleições para governador, no 2º turno - 1990



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

Figura 17 - Percentual de votos de Roberto Requião, nas eleições para governador, no 2º turno - 1990



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

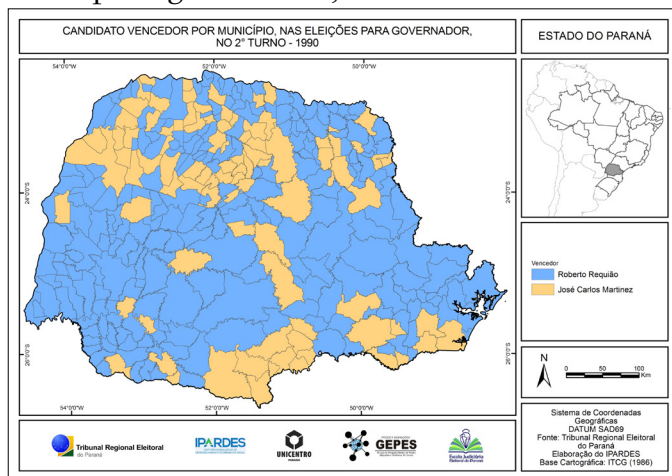
A Figura 18 mostra a vitória de Roberto Requião na ampla maioria dos municípios paranaenses, com destaque a “virada” em municípios do norte e, principalmente, do oeste e sudoeste do estado, além da importante vitória em Curitiba, com margem confortável.

Por outro lado, cabe destacar que em colégios eleitorais importantes do interior, como Londrina, Maringá, Umuarama, Cianorte, Arapongas, Cambé, Apucarana e Jacarezinho o candidato José Carlos Martinez alcançou maioria dos votos.

Demonstramos, portanto, através de análises acerca da espacialização dos votos das diferentes candidaturas ao cargo de governo do estado, os resultados eleitorais ao cargo de governador do Paraná em 1990, com destaque para seus três principais candidatos e seus respectivos desempenhos nos diferentes municípios e regiões do estado.

Além disso, discutimos a realocação de votos entre o primeiro e segundo turno, considerando a herança eleitoral da qual se beneficiou o candidato Roberto Requião (PMDB), eleito em 1990 para o cargo de governador a partir da “virada” nas eleições na maior parte dos municípios do Estado conforme apresentado na Figura 18.

Figura 18 - Candidato vencedor por município, nas eleições para governador, no 2º turno - 1990



Fonte: TRE-PR (2024); Organização: IPARDES (2024).

Considerações finais

Como procuramos destacar neste texto, a eleição para o cargo de governador não ocorre desprovida de contexto nacional e internacional, o qual envolveu uma série de mudanças na política econômica global — a exemplo do Consenso de Washington —, bem como transformações nacionais decorrentes da abertura política após a ditadura na década de 1980. A eleição presidencial de 1989, que elegeu o ex-presidente Fernando Collor de Mello, foi a primeira eleição popular direta após 25 anos do regime de exceção. Em 1990, Collor tinha grande popularidade no estado e impulsionou Martinez ao segundo turno.

Nesse sentido, políticos do PMDB, como Roberto Requião, e outros que integravam grupos políticos de oposição à ditadura saíram vitoriosos em diversas unidades da federação, inclusive nas disputas para o Congresso Nacional. Havia, portanto, um ambiente favorável a essas candidaturas. Segundo Carreirão e Kinzo (2004), havia uma elevada identificação partidária, por parte do eleitor brasileiro, com partidos e candidaturas que, de algum modo, representavam

forças oposicionistas ao regime militar e/ou que tiveram destaque durante a discussão, elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988, denominada “Constituição Cidadã”.

O PMDB, partido do ex-governador Roberto Requião, era, à época, um dos partidos com maior identificação por parte do eleitorado nacional, sendo percebido como o “partido dos pobres” e da oposição à ditadura. Por outro lado, começava a perder espaço, em termos de identificação partidária, para o Partido dos Trabalhadores, entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990 (Carreirão; Kinzo, 2004).

Observamos também que a última semana de campanha do segundo turno, a apuração das urnas e as inúmeras ações de investigação judicial eleitoral e tentativa de impugnação do mandato movimentaram intensamente o TRE-PR e o TSE, além de marcarem o distanciamento político entre Álvaro Dias e Roberto Requião.

Desse modo, a vitória de Roberto Requião e os resultados eleitorais analisados no tópico anterior deste texto podem ser associados também ao contexto nacional, e não apenas às mudanças no capitalismo global instituídas pelo Consenso de Washington. Requião foi eleito senador da República após seu mandato de governador (1994-2002), governou o estado por mais dois mandatos consecutivos (2003-2010) e retornou ao Senado (2011-2018), o que expressa a força política adquirida por seu nome no Paraná.

A espacialização do voto, no campo da Geografia Eleitoral, constitui um importante instrumento de análise para compreensão da territorialidade política e das redes políticas-territoriais. Além disso, permite visualizar o comportamento do voto por regiões e municípios no contexto das articulações políticas de um determinado momento histórico.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Daniel Cirilo. **Comportamento geográfico do voto: a identificação partidária em Portugal e no Brasil**. 2017.
- AUGUSTO, Daniel Cirilo; DA SILVA, Márcia. **Geografia eleitoral: Considerações sobre a relação entre política partidária e eleitores**. Revista GeoUECE, v. 3, n. 4, p. 177-193, 2014.
- AUGUSTO, Daniel Cirilo; DA SILVA, Márcia. **O voto no Brasil: identificação pessoal e partidária na produção de contraespaços**. Artigo Paraná Eleitoral v.8 n.3 p. 383-405. 2019.
- BORGES, André; PAULA, Carolina de; SILVA, Adriano da Nóbrega. **Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo**. Revista de Sociologia e Política, v. 24, p. 31-58, 2016.
- CARREIRÃO, Y. de S.; KINZO, M. D. **Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, RJ. 2021.
- CASTRO, Iná Elias. Espaço político. *GEOgraphia*, v. 20, n. 42, p. 120-126, 2018.
- DANTAS, Jhonatan dos Santos. **A polissemia do conceito de desenvolvimento: das teorias às políticas públicas, das políticas públicas à abordagem territorial da cidadania**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná. Guarapuava, PR. 2023.
- DULCI, Otávio Soares. **Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, p. 95-107, 2002.
- FIORI, José Luís. **Sobre o consenso de Washington**. Texto para discussão, 1995.
- GOMES, Ciro Ferreira; UNGER, Roberto Mangabeira. **O próximo passo: uma alternativa prática ao neoliberalismo**. 1996.
- LAZARSFELD, P., BERELSON, B. & GAUDET, H. **The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign**, New York: Columbia University Press, 1944.
- LIMA, E. P. S. **O neoliberalismo no Paraná: um resgate histórico**. Revista de História Regional, [S. l.], v. 11, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2225>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- PAULA, Rafael Freire de. **Processos de formação e reprodução dos territórios conservadores de poder no Brasil**. 2022. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro- Oeste, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Área de concentração: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, Guarapuava, PR. 2022.

- PEREIRA, Bruno Magnum. **Análise espacial do voto: uma contribuição da cartografia.** Observatoriogeograficoamericalatina. EGAL. 2014.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007.** Sociologias, p. 150-169, 2007.
- Ratzel, F. **Politische Geographie.** München und Berlin: Oldenburg. 1923.
- Ratzel, F. **Anthropogeographie**, vol. II. Stuttgart: Engelhorn. 1891.
- SIEGFRIED, A. **Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République.** Republicação. Paris, Imprimerie Nationale, 1995.
- SOARES FILHO, José et al. **MERCOSUL: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução.** Revista CEJ, v. 13, n. 46, p. 21-38, 2009.
- SUZUKI JÚNIOR, Julio Takeshi. O intercâmbio comercial entre o Paraná e o Mercosul. Ipardes. Análise conjuntural v.25. n.3-4. p.12. 2003.
- TERRON, Sonia. **Geografia eleitoral em foco.** Em Debate, v. 4, n. 2, p. 8-18, 2012.
- TRE/PR. Tribunal Regional Eleitoral. **Resultado das eleições para governador do Paraná de 1990.** Banco de dados. Acesso em abril de 2024.
- TRE/PR. Tribunal Regional Eleitoral. **Ação de Impugnação de Mandato Eletivo 7/1990,** acórdão 18.106
- TRE/PR. Tribunal Regional Eleitoral. **Mandado de segurança 2086/1993**
- TRE/PR autos de Incidente de Falsidade nº 7303 cl. 6ª. ref. ao Acórdão 17987.
- TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado das eleições para governador do Paraná de 1990.** Banco de dados. Acesso em abril de 2024.
- TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado das eleições para Presidência da República de 1990.** Banco de dados. Acesso em abril de 2024.